

## Resenha

“Educação, Cultura e Criança” da autora Carmem Maria Aguiar.

por Maria Aparecida Rodrigues de Souza, [mcidarsouza@gmail.com](mailto:mcidarsouza@gmail.com) - Instituto Federal de Goiás, Shirley Carmem da Silva, [shirleyifg@gmail.com](mailto:shirleyifg@gmail.com) - Instituto Federal de Goiás, Lázara Lisboa da Costa Mendonça, [lazaralisboa02@hotmail.com](mailto:lazaralisboa02@hotmail.com) – Unievangélica e Gilda Aparecida Nascimento Nunes, [gildanascimento@gmail.com](mailto:gildanascimento@gmail.com) - Rede Estadual de Ensino/Facer Faculdades.

O livro *Educação, Cultura e Criança*, editado em 1994, é fruto de pesquisa realizada por Carmen Maria Aguiar<sup>1</sup>, entre os anos de 1987 e 1991. Apesar de não ser recente, seu conteúdo é relevante para o campo educacional, tanto por seu tema (infância), quanto por exemplificar a possibilidade de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Já que a autora procurou explorar a articulação entre Antropologia e Educação, tendo por objeto específico de estudo a vida e a educação das crianças da Barra da Aroeira. Exemplifica, também, de forma adequada, a realização da pesquisa etnográfica.

O estudo focaliza o modo de vida e de educação do povo da Barra da Aroeira, uma comunidade semi-isolada do Estado do Tocantins, procurando apreender a maneira pela qual as gerações mais jovens se apropriam do saber construído pelas gerações mais velhas, analisando a implantação de uma escola no contexto de uma comunidade com características bem específicas.

A autora justifica a relevância de sua pesquisa em sua própria trajetória de formação, na qual Educação e Antropologia se imbricam, além de destacar a importância de discutir a educação e os processos de escolarização e alfabetização em um contexto cultural distinto, numa comunidade pouco acessível, praticamente auto-suficiente e que possui com o mundo externo uma relação bastante limitada.

A pesquisa foi realizada na perspectiva teórica da Fenomenologia, método por excelência do campo da Antropologia, o que se evidencia pela ênfase da autora na apreensão do significado dos fenômenos em relação a suas bases culturais e contextuais, presentes em toda a pesquisa (TRIVIÑOS, 2009). Isso porque a pesquisa fenomenológica tem seu foco nas atividades do cotidiano, sendo um método de investigação que propõe uma experiência subjetiva, não se limitando a uma descrição

passiva da realidade observada. Busca, portanto, perceber o sentido que os sujeitos atribuem às suas experiências.

Dentro dessa abordagem, foi realizada uma pesquisa etnográfica. A pesquisadora em seu relatório, na forma de livro, demonstra que o problema foi redescoberto no campo, em que realizou o trabalho pessoalmente, com duração próxima a um ano, combinando vários métodos de coleta de dados e apresentando grande quantidade de dados primários, o que caracteriza uma pesquisa qualitativa, conforme apontam Ludke e André (1986), citando Firestone e Dawson, que por sua vez, sintetizaram o pensamento de Wolcott acerca do tema.

Tendo em vista o caráter já subjetivo da pesquisa fenomenológica, a autora procurou assegurar a objetividade de sua investigação através da ampliação do universo de depoimentos coletados, entrevistando diferentes sujeitos e abarcando diferentes perspectivas, não apenas com os moradores da Barra, mas também com fazendeiros vizinhos, membros das comunidades mais próximas, políticos da região, funcionários da superintendência da Campanha da Saúde Pública (SUCAM) membros do sindicato Rural da região, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Igreja, segmentos que apresentam suas próprias representações acerca da comunidade estudada.

Nesse sentido, a pesquisa combinou ainda várias metodologias para a coleta de dados, com destaque para a observação participante em suas fases de exploração, decisão e descoberta, conforme descrito por Alves (1991). Assim, além das entrevistas e depoimentos informais, foram tiradas fotografias e realizados registros em diário de campo. Os dados foram analisados a partir das contribuições de autores da Antropologia, como Carlos Rodrigues Brandão e Clifford Gertz; da História, como Philippe Ariès e da Educação/Psicologia, como Aléxis Leontiev, Ana L.B. Smolka, dentre outros autores.

Segundo a autora, alguns elementos atuaram como dificultadores da pesquisa, como a desconfiança e receio manifestados, no princípio, pelos membros do grupo, e também as pressões dos fazendeiros que tentam ocultar os conflitos existentes pela posse das terras. A atitude de agressividade inicial do grupo para os estranhos revela uma forma de defesa com relação a uma cultura nova que coloca em risco a cultura e a sobrevivência de uma comunidade isolada que, até então, possuía uma vida tranquila cuidando de suas

terras em harmonia com a natureza (retirando dela somente aquilo que necessitavam para sobreviver).

Por outro lado, alguns elementos atuaram como facilitadores da pesquisa. Entre eles, o fato de a pesquisadora ser nativa da região; o apoio do Bispo e das freiras que davam assistência ao povo da Barra, assim como a própria postura da pesquisadora, de respeito e aceitação ao modo de vida da comunidade.

A comunidade do Povo da Barra localiza-se no Município de Novo Acordo, no atual Estado do Tocantins, local isolado e de difícil acesso. No período da pesquisa, era composta por um grupo de aproximadamente 400 famílias, todas aparentadas e sendo identificadas pela autora como descendentes de negros. Há um sobrenome comum, Rodrigues, originado do precursor da comunidade. Fisicamente resistentes e ágeis, os membros da comunidade tem garantidas as condições para a realização das tarefas cotidianas, que inclui a coleta de frutos e outras atividades que demandam caminhar longas distâncias. A vida descrita é marcada pela simplicidade, não havendo espaço para questões supérfluas, como adornos ou enfeites. O destaque é para o aspecto utilitário e pragmático da realidade.

As terras da comunidade foram herdadas no período do Império, como recompensa ao precursor da comunidade, por ter lutado na guerra do Paraguai. Com a não existência de documentos de posse da terra, a contestação da propriedade por parte dos fazendeiros vizinhos estava gerando conflitos, no tempo da pesquisa. Antes bastante isolada, a comunidade intensificou seu contato com o mundo exterior, como forma de ampliar suas defesas, o que, por outro lado, ocasionou a criação de novas necessidades, assim como a mudança de alguns hábitos:

Passaram a precisar, por exemplo, de dinheiro para as passagens e, às vezes, para a hospedagem, como também de roupas para não andarem seminus na cidade. (AGUIAR, 1994, p. 29).

Na comunidade, a autora percebeu que o papel das mulheres é preponderante. São elas que lideram as atividades comunitárias, o que não parece incomodar aos homens. A agricultura de subsistência, a coleta de frutos e a caça garantem a autossuficiência. Não possuem o hábito de criar animais. O trabalho manual ocupa papel central na comunidade, servindo para a confecção dos utensílios e objetos de uso cotidiano e também como forma de socialização entre as gerações, sendo que o aprendizado das

crianças no artesanato inicia-se bem cedo e levam em consideração o desejo e a aptidão de cada uma delas. Nada lhes é imposto.

No cotidiano das crianças não existe o hábito de planejar a longo prazo, na maioria das vezes, o planejamento das atividades é familiar e determinado pelo Ciclo da natureza, que indica a atividade a ser realizada. As crianças participam ativamente na vida do grupo. Não são consideradas como estorvo e assim, aprendem observando, fazendo e vivendo. A maior preocupação dos adultos em relação às crianças é com seu contato com as pessoas de fora. São orientadas a não falar com estranhos.

A Educação foi percebida pela autora como um modo de apreensão da cultura, já que vida e educação se confundem no cotidiano da comunidade, onde tem-se as “experiências diárias como fonte fundamental do saber” (ROSISKA, 1989 *apud* AGUIAR, 1994, p. 65). A relação de transmissão/aquisição diária da cultura desse povo se processa dos mais velhos aos mais jovens, de forma natural.

Assim, nas atividades cotidianas, não é fácil a identificação da figura do mestre. As crianças circulam livremente pelos diferentes espaços, brincando e aprendendo aspectos de sua cultura com seus pares. A autora destaca o significativo respeito pela infância como também pela transmissão/aquisição da cultura da comunidade da Barra ao longo das gerações. É na dinâmica das relações sociais que as crianças aprendem papéis, lugares e valores sociais e vão também desenvolvendo tanto esquemas de sobrevivência quanto esquemas interpretativos da realidade em que estão inseridas (SMOLKA, 1989, p. 43 *apud* AGUIAR, 1994).

Algo marcante da vida dessa comunidade, destacado pela autora, é o fato de que uma média de 50% da população, adulta e infantil, apresentava alguma deficiência física ou mental. Os adultos acreditavam ser em função do grande número de casamento entre parentes próximos. Nesse contexto, os adultos procuravam tratar as crianças sem discriminação, incentivando-as a testar seus limites, suas capacidades, sua autonomia, independente de sua condição física ou mental, principalmente na confecção de seus objetos artesanais.

A educação formal na Barra da Aroeira teve seu início em 1985. Nesse período, a comunidade já enfrentava os embates com os fazendeiros vizinhos em torno da posse de suas terras. Por meio da interferência da igreja, a comunidade decidiu que as crianças

iriam aprender a ler e a escrever. Assim, duas moças, que pertenciam à comunidade, participaram de um curso para formação de professores na cidade de Santa Tereza.

Entretanto, anterior a implantação da escola formal, já havia a preocupação com o ensino do alfabeto na comunidade da Barra. Essa atividade ficava a cargo de um senhor, membro dessa comunidade (a única pessoa alfabetizada). Atendia, em sua casa, grupos de três a quatro pessoas, crianças e adultos, curiosos e interessados em aprender a ler e escrever. À medida que foi passando o tempo, a comunidade o liberou dos afazeres diários para que pudesse se dedicar ao processo de alfabetização desse povo.

Tratava-se de uma pessoa que dava muito valor ao aprendizado da leitura e escrita como possibilidade de mudança de percepção do mundo. Depositava na escola, a função de fornecer as possibilidades de acesso a novos conhecimentos, que serviriam, por sua vez, de “arma de defesa” da comunidade frente aos perigos externos. Esse senhor, já com idade avançada, foi acometido por uma deficiência visual que o impediu de continuar a “ensinar a leitura” para o seu povo.

Por volta de 1990, em função dos problemas referentes à metodologia de ensino, conteúdo curricular, comportamento das crianças, remuneração das professoras, promessas políticas, dentre outras, a escola passou a funcionar com certa irregularidade, fechando suas portas por um período determinado. Isto porque por imposição da Delegacia de Ensino, a metodologia e o conteúdo não diferiam das demais escolas públicas da região. Não se percebia, do ponto de vista dessa Delegacia, uma preocupação com a cultura local.

Em conseqüência, as crianças tiveram dificuldades no aprendizado da linguagem escrita e o treinamento que as professoras receberam não supria suas necessidades do ponto de vista metodológico, sendo inadequado e ineficiente. As professoras admitiam elaborar o programa para cumprir com as questões legais, alegando, porém, que dificilmente teriam condições de colocá-lo em prática com êxito. Compreendiam ainda o fato de as crianças se recusarem a aprender uma atividade distante de sua realidade e que não possuía validade para a solução de problemas práticos e imediatos.

Dessa forma, buscavam-se certas adaptações, e

[...], pode-se concluir que a educação formal é vista, ou praticada, sob a mesma ótica da informal. Em outras palavras, os professores, os pais, e mesmo os alunos, constantemente adaptam o conteúdo e a prática escolar ao

aprendizado da vida, aos conhecimentos que as crianças adquirem naturalmente com os mais velhos à medida que vão crescendo. (AGUIAR, 1994, p. 48)

Para o povo da Barra essa forma de aprendizado era a mais adequada visto levar em consideração a realidade e o cotidiano das crianças. Acreditava que a escola formal era estruturada de maneira inadequada e ineficiente, não conseguia ajudar as crianças a enfrentarem os problemas cotidianos. Assim, as pessoas da Barra atribuem pouco valor à escola. Elas acham que as pessoas perdem muito tempo e não aprendem as coisas de maior necessidade na vida, de onde é possível inferir que a proposta da educação informal como mais adequada àquela comunidade.

As propostas educacionais, no seu processo de elaboração e implementação, necessitam considerar o ambiente cultural em que se pretende interferir. Há a necessidade dos educadores levarem em consideração as percepções dos sujeitos do processo educativo (os educandos) sobre as finalidades e importância da educação escolar. O saber veiculado e legitimado pela escola precisa ter validade para seu povo, ou seja, possibilitar a resolução de problemas do seu cotidiano (AGUIAR, 1994, p.102).

A escola funcionava num galpão, espaço destinado também à realização das reuniões da comunidade. A mobília era rústica e fabricada com a matéria prima disponível no local. As crianças eram agrupadas conforme sua capacidade para ler e escrever, assim como a preferência da criança por acordar cedo ou não. O fato das professoras conhecerem bem seus alunos facilitava essa tarefa. Os horários das turmas atendiam as necessidades e ritmo de vida das crianças. Quando necessário, as aulas eram interrompidas para que as crianças pudessem descansar, realizando atividades de seu agrado fora do espaço da sala de aula.

O número de crianças em sala variava entre 20 e 25, porém era comum encontrar salas vazias e/ou superlotadas em função da disposição das crianças. Os adultos também frequentavam as aulas em dias e horários a seu critério.

Nota-se, portanto, o respeito à criança e ao seu desenvolvimento individualizado e único, assim como uma maior preocupação com a transmissão dos valores da própria comunidade do que com a escolarização formal e os ensinamentos externos.

Assim, ao final da presente análise, destaca-se que o mesmo possibilita um contato muito direto com uma das modalidades de pesquisa qualitativa, a pesquisa etnográfica, que, segundo Mazini (1991), tem crescido muito no campo das pesquisas educacionais e

tem dado contribuição importante para essa área do conhecimento, colocando-se como uma rica possibilidade para os pesquisadores do campo.

Dessa forma, perceber a maneira como a pesquisadora desenvolveu seu trabalho, o modo como utilizou os instrumentos de coleta de dados, sua preocupação com a preservação da objetividade da pesquisa e com a compreensão aprofundada do sentido atribuído pelo sujeito às suas experiências e ao seu modo de vida, ilustram muito bem a maneira pela qual a pesquisa qualitativa deve ser realizada e, ao mesmo tempo, faz perceber as dificuldades enfrentadas no decorrer dessa modalidade de investigação.

Finalmente, destacam-se as questões suscitadas pela pesquisa, a respeito da implantação alienígena da educação escolar, em contextos em que a informalidade da transmissão/assimilação de conhecimentos tem sido amplamente utilizada e considerada legítima e suficiente pelos membros da comunidade. E, assim fazendo eco às indagações da pesquisadora - O que ensinar? Como ensinar? Para que escolarizar? Qual a função da escola? – muitas perguntas ainda cobram respostas e forçam reflexões, o que é fundamental para o pesquisador em formação.

Por outro lado, convém destacar o fato de que o texto apresentado pela autora em nenhum momento aponta para a existência de algum conflito interno ou de contradição dentro da comunidade. Os problemas que são narrados são todos de origem externa, o que leva ao questionamento quanto ao olhar da pesquisadora sobre o grupo, que talvez reflita sua concepção de uma comunidade ideal e deixe de apresentar os problemas que existem nas relações cotidianas (GOLDENBERG, 2004).

## **Referências**

- AGUIAR, Carmen Maria. Educação, cultura e criança. Campinas, (SP): Papyrus, 1994.
- ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Cad. Pesq., São Paulo, v. 77, p. 53-61, mai. 1991.
- Pesquisa antropológica sobre a comunidade Barra de Aroeira (TO). CONCLUÍDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Concluída pesquisa antropológica sobre a comunidade Barra de Aroeira (TO). Imprensa, 24 set. 2007. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/5318-concluada-pesquisa-antropologica-sobre-a-comunidade-barra-de-aroeira-to>>. Acesso em: 20 maio 2011.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: \_\_\_\_\_. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. P. 11-24.

MASINI, Elcie S. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

Data de submissão 14/05/2012

---

<sup>i</sup> Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (1985); Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1998); Livre-Docência em Sociologia do Lazer e Cultura Popular pela Universidade Estadual Paulista (2007). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Antropologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, educação, comunidade, arte popular e corpo.